

Para muitos dos filósofos gregos, os organismos vivos, como o Homem, a Terra e o próprio 'kosmos', eram movidos por um 'sopro de vida', a alma. A alma individual era vista como parte da força motriz do universo, que Platão descreveu como sendo a 'Anima Mundi'.

Séculos depois, com sua 'Fabula Mundi', Descartes (1596 -1650), desenvolvendo teorias e métodos a partir de idéias revolucionárias como as de Da Vinci, Galileu e Francis Bacon, haveria de sepultar esta alma. Ler o grande livro do mundo já não era mais ouvir a natureza, por-se a sua escuta, mergulhar em seu interior, mas sim traduzi-la em linguagem matemática, buscando alcançar leis racionais, imutáveis, que explicassem a criação. No momento em que Descartes aplica ao próprio homem seu método analítico e sua dúvida radical, exclui a possibilidade de existência até do próprio corpo, concluindo que esta se dá pela própria capacidade de pensar. Cogito ergo sum, e com toda certeza derivando da existência do Cogito, e apenas dele, é o Homem quem cria deus, e não o contrário. Um deus-idéia, necessário ainda para verificar a verdade desta representação. Tendo se libertado de Deus, não havia dificuldade em se livrar de todo o resto, submetendo tudo ao crivo da razão, inclusive o próprio corpo. Este corpo, matéria, é visto como um automato e necessita de uma mente racional que o comande e que lhe é completamente distinta. Visto como uma máquina mecânica, os corpos deveriam ser domados pelas mentes, e aqueles desprovidos da 'razão', como os animais, deveriam lhe prestar serviços.

Mas se com Descartes a certeza do conhecimento científico libertou a razão dos corpos, transformando este em um mero mecanismo e dividindo o Homem entre mente e matéria, foi Isaac Newton (1643 -1727) quem conseguiu realizar o sonho cartesiano de explicar não apenas os homens, mas todo o Universo. Com seu método de cálculo diferencial, Newton conseguiu explicar cientificamente, com linguagem matemática, diversos dos fenômenos da física natural, conferindo ao Universo o status de sistema mecânico que Descartes havia atribuído ao Homem. Esta nova explicação dos fenômenos, definida como Física Newtoniana, considerava o espaço e o tempo como absolutos, nonde se moviam as partículas materiais, com todos os eventos físicos se reduzindo a este movimento.

Em que pese surgimento de diversas formas de contestação a esta nova ciência, com descobertas e constatações que evidenciavam os limites da Física Newtoniana - como o eletromagnetismo e a termodinâmica, entre outros - esta foi alçada ao posto de 'hard science', a ciência por excelência, na qual todas as demais deveriam se basear para formular suas explicações. Aplicando estes princípios aos estudos sobre a sociedade e a natureza humana, teve início o ramo definido como 'Ciências Sociais'.

Dentre os pensadores que procuraram traduzir em reduções matemáticas o funcionamento das sociedades humanas estava John Locke (1632-1704), que desenvolve uma visão atomística de sociedade, creditando os fenômenos sociais ao comportamento de cada um dos indivíduos compõem a sociedade e, aliando esta idéia ao Estado de natureza hobbesiano, estabelece que os homens gozariam de determinadas 'leis naturais' - como a liberdade, a igualdade e o direito de propriedade - ao redor dos quais se organizariam toda uma estrutura social e econômica, esta última regida pela lei de oferta e procura, que determinava objetivamente a atribuição de preços. A economia também estava domada pelo reducionismo cartesiano, e transformada portanto em uma lei mecânica.

A idéia deu origem a escola econômica Fisiocrata, que considerava que a livre atuação das leis naturais - como a lei da oferta e procura lockeana - governaria os assuntos econômicos. A idéia central desta nova escola se traduzia pela depois famosa expressão 'laissez-faire' - deixar agir.

Se aproveitando destas formulações de Locke e dos fisiocratas sobre a economia e associando-as a ideia de William Petty sobre 'preços justos', Adam Smith (1723-1790) afirmou que 'é da natureza humana trocar e intercambiar', e esta troca se daria segundo os desígnios de uma 'mão invisível', que, se deixada agir livremente, regularia todo o comércio. Para além disso, formulou também uma teoria de atribuição de preços não mais apenas em razão da oferta e da procura, mas estabelecendo também uma relação entre Valor e Trabalho. Nascia assim a Economia Clássica.

Crente de que poderia transformar a teoria econômica de Smith em reduções a modelos matemáticos com um número limitado de variáveis que explicassem o comportamento dos mercados, David Ricardo (1772-1823) consolida a economia como um conjunto de dogmas que davam suporte a toda uma estrutura de classes surgida após a revolução industrial, obstando as tentativas de melhoria social ao afirmar que as leis da natureza estavam em ação e que, por consequência, os pobres eram responsáveis pelo próprio infortúnio. Tal idéia, porém, não se viu livre de críticas, e Stuart Mill (1806-1873) afirmou que a economia englobava os conceitos de produção e escassez, sem alcançar, contudo, a distribuição. Esta não era um processo econômico, mas político.

Seguindo esta ideia da distribuição como fator político e não econômico, Marx (1818-1883) usou a lógica do Valor-Trabalho para abordar questões de justiça, estatuidando que salários e preços são politicamente determinados. Observou que o trabalho necessita gerar renda que garanta a subsistência do trabalhador mais o suficiente para repor os materiais

gastos, mas que, em geral, haverá um excedente de renda sobre e acima deste mínimo - a Mais-Valia - sendo que a forma que este excedente adquire é a chave para compreensão das relações da sociedade, sua economia e tecnologia. Nas sociedades capitalistas, a mais-valia é apropriada pelo dono dos meios de produção, determinando as condições de trabalho. Esta transação, entre pessoas com poderes desiguais, permite ao polo detentor dos meios fazer mais dinheiro com o trabalho dos operários. A esse excedente monetário oriundo da mais-valia, apropriado pelos donos dos meios de produção, deu o nome de Capital.

Marx afirmou também que o próprio sistema capitalista era dependente de uma relação de classes específica, sendo ela mesma produto de uma longa história, e que, sendo esta configuração transitória, eventualmente o sistema capitalista chegaria a uma crise. Em 1929 as previsões de Marx se concretizaram, porém, a intervenção estatal, até então abominada e maldita, salvou as economias em crise.

A partir da análise das intervenções econômicas e sociais realizadas por governos, Keynes (1883-1946) buscou determinar a natureza destas 'ações políticas', mudando o enfoque da teoria econômica do micro para o macro, inserindo variáveis oriundas de conceitos como renda nacional, consumo total, investimento total, total de empregos e etc, e com isso pretendendo demonstrar que tais variáveis econômicas eram suscetíveis a mudanças de curto prazo e que, portanto, poderiam ser influenciadas por planos de ação política, criando ciclos econômicos flutuantes.

Contudo a própria redução Keynesiana se mostrou ineficaz para explicar todo um universo econômico possuidor de redes globais e acordos internacionais, com o peso das grandes corporações, as condições políticas, sociais e ambientais e outros incontáveis fatores de influência, impossíveis de serem apreendidos por uma única teoria matemática.

Estas tentativas de redução a uma ciência perfeitamente racional, baseadas em ideias de organismos, espaço, tempo, sociedades e economias regidas por leis mecanicistas universais e passíveis de tradução em linguagem matemática geraram inúmeras abordagens fragmentárias, realizadas, como visto, por diversos pensadores das mais diversas áreas do conhecimento. A preferência por modelos, esquemas e teorias que excluía as ciências humanas da maior parte de seu contexto ecológico - lido aqui como contexto histórico, social, político, material e ambiental - resultou em imensas lacunas entre estas teorias explicativas lineares e a realidade complexa.

A modernidade, era da ciência racional, do indivíduo, dos átomos, do ego, inaugurada por Descartes e sua visão mecanicista não conduzirá a si própria nem à salvação, nem à sabedoria, nem ao conhecimento, pois sua ambição é prática, e seu triunfo é técnico. Uma ciência técnica, não especulativa, que castra todas as possibilidades que lhe é alheia, deu origem a um sistema de pensamento incapaz de compreender o crescente grau de complexidade da realidade que se apresenta.

Como conseguir reunir novamente as inúmeras partes em que o todo do 'kosmos' foi fragmentado, levando a destruição sua 'anima' ? Se isoladas nossas vãs técnicas são incapaz de delinear tudo aquilo que existe entre o céu e a terra, uma visão sistêmica e ecológica que utilize o progresso técnico da modernidade poderia nos levar a uma mudança de paradigma ? Ou terá a Modernidade despedaçado a capacidade de compreender nosso mundo como uma realidade complexa e não determinada, da qual somos não apenas vítimas, mas partícipes ?